



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639911 - SP (2021/0012011-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MARCOS VINICIUS VIEIRA
ADVOGADO : MARCOS VINICIUS VIEIRA - SP189423
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ZAILTON MARTINS GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ZAILTON MARTINS GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0005719-57.2015.8.26.0318).

O paciente foi condenado às penas de 19 dias de prisão simples e 1 mês e 5 dias de detenção, em regime inicial semiaberto, como incurso no art. 21 do Decreto-Lei n. 3.688/41, por duas vezes, e no art. 147, na forma do art. 69, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta que, por se tratar de sentenciado primário e condenado por crime não hediondo, a progressão de regime se dará com o cumprimento de 1/6 da pena, ou seja, 6 dias.

Alega que o paciente foi preso em 15.1.2021, razão pela qual atingirá o lapso temporal para a progressão de regime em 20.1.2021.

Aduz que o apenado possui 55 anos de idade e é portador de diabetes, razão pela qual teria direito à progressão antecipada de regime, bem como à prisão domiciliar.

Argumenta que, embora o Supremo Tribunal Federal tenha determinado que os juízes das varas de execuções penais providenciem a análise dos pedidos de progressão de regime, a expedição da guia de execução do paciente provavelmente ocorrerá somente na próxima semana, sendo necessário, ainda, aguardar outra semana para que seja realizado o cadastro na VEC, quando já terá transcorrido o lapso temporal para a obtenção do benefício, acarretando constrangimento ilegal ao sentenciado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja fixado o regime inicial aberto e concedida a prisão domiciliar ao paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada pela Corte de origem. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE
DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE
AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO

RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.
ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência